

## UMA ANÁLISE RELIGIOSA E POLÍTICA DOS DISCURSOS PROTESTANTES À LUZ DA COMUNICAÇÃO AMIGÁVEL

*Antonio Roberto Chiachiri Filho  
Nayara Maron Costa Takahashi  
Diego Jesus da Silva Nascimento  
Lucas Felipe Castanha*

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é realizar uma breve análise de diferentes discursos do meio protestante, a fim de identificar, como essas comunicações têm influenciado e direcionado o diálogo do público cristão frente às inúmeras questões conflituosas emergentes do cenário político atual. O crescimento exponencial das igrejas protestantes nas últimas décadas ocorre concomitantemente ao diálogo de questões como aborto, sexualidade, pluralidade religiosa, xenofobia e outros tantos temas que inflamam o debate, não apenas no meio interdenominacional, mas também na esfera pública e política, onde as igrejas se fazem presentes. Essa análise será feita à luz da noção de comunicação amigável, trazida neste artigo como uma possibilidade hermenêutica da ética aristotélica-tomasiana, sob o viés da amizade política como virtude social.

**Palavras-chave:** Diálogo. Amizade. Evangélicos. Política.

### A RELIGIOUS AND POLITICAL ANALYSIS OF PROTESTANT DISCOURSES IN LIGHT OF AMICABLE COMMUNICATION

**Abstract:** The aim of this article is to carry out a brief analysis of different discourses within the Protestant sphere in order to identify how these communications have influenced and directed the dialogue of the Christian public in the face of the numerous conflicting issues emerging from the current political landscape. The exponential growth of Protestant churches in recent decades occurs concurrently with discussions on issues such as abortion, sexuality, religious plurality, xenophobia, and many other topics that inflame debate not only within interdenominational circles, but also in the public and political arenas where churches are present. This analysis will be conducted in light of the notion of amicable communication, presented in this article as a hermeneutical possibility of Aristotelian-Thomistic ethics, under the perspective of political friendship as a social virtue.

**Keywords:** Dialogue, Friendship, Evangelicals, Politics.

### UN ANÁLISIS RELIGIOSO Y POLÍTICO DE LOS DISCURSOS PROTESTANTES A LA LUZ DE LA COMUNICACIÓN AMIGABLE

**Resumen:** El objetivo del presente artículo es realizar un breve análisis de diferentes discursos del ámbito protestante, con el fin de identificar cómo estas comunicaciones han influido y orientado el diálogo del público cristiano frente a las numerosas cuestiones conflictivas emergentes del escenario político actual. El crecimiento exponencial de las iglesias protestantes en las últimas décadas ocurre de manera concomitante con el debate de cuestiones como el aborto, la sexualidad, la pluralidad religiosa, la xenofobia y muchos otros temas que intensifican la discusión, no solo en el ámbito interdenominacional, sino también en la esfera pública y política, donde las iglesias están presentes. Este análisis se llevará a cabo a la luz de la noción de comunicación amigable, presentada en este artículo como una posibilidad hermenéutica de la ética aristotélica-tomista, bajo la perspectiva de la amistad política como virtud social.

**Palabras clave:** Diálogo. Amistad. Evangélicos. Política.



## 1. A COMUNICAÇÃO AMIGÁVEL NECESSÁRIA PARA A CONVIVÊNCIA

A cultura brasileira está alicerçada em uma base católica e europeia que se fundamenta na filosofia grega e na escolástica, principalmente com os expoentes Aristóteles e Tomás de Aquino, como observam Miguel Góis Filho e Rosivaldo Goz:

É nessa conjuntura que a filosofia chega ao Brasil Colônia no século XVI, sendo implantada pelos jesuítas que utilizaram a *Ratio Studiorum* como método pedagógico e seguiam os preceitos de Aristóteles e Tomás de Aquino. O modelo educacional proposto pelos jesuítas tinha a clara pretensão de formar um tipo de homem baseado nos moldes e princípios escolásticos, coerente com as necessidades e aspirações de uma sociedade em formação. O propósito central do sistema *Ratio Studiorum* como ensino apostolado intelectual, era de formar bons católicos, cristãos, ou seja, não eruditos. Eles não estavam preocupados realmente com a educação dos colonos, mas em apenas moldá-los da forma que fosse conveniente aos colonizadores. (Góis Filho; Goz, 2019, p. 10)

Como explicam os autores, os jesuítas trouxeram o método pedagógico da *Ratio Studiorum*<sup>i</sup> que seguia a filosofia aristotélica e a teologia tomasiana, com o intuito de moldar os povos originários brasileiros conforme o modelo português. Assim, pretendia-se fundar uma sociedade de base europeia cristã, não com uma preocupação genuína com a educação do povo, mas como uma imposição de um modelo social adequado para os colonizadores. Observam os autores ainda que:

Com a chegada dos colonizadores portugueses, a cultura dos povos indígenas foi deixada de lado para dar lugar à concepção europeia de homem e de mundo, pois o modo de vida dos recém-chegados, do ponto de vista social, cultural e religioso, era bastante distinto ao dos povos nativos do lugar, provocando assim, um choque cultural e a descaracterização desses habitantes. (Góis Filho; Goz, 2019, p. 8)

Os autores observam que os colonizadores portugueses sobrepuseram a cultura europeia sobre a cultura dos povos indígenas, moldando-os de

acordo com a sua própria sociedade, cultura e religião, o que descaracterizou a cultura do povo originário e implantou uma nova cultura de base europeia. Com isso, não é possível desconsiderar a influência aristotélica e tomasiana na formação do povo brasileiro, na cultura, na religião, no modo de pensar e assim por diante.

Agora, pode-se utilizar essa influência aristotélica-tomasiana a favor do povo brasileiro, na tentativa de se formar uma cultura de diálogo que se baseia em uma comunicação amigável que leve a uma convivência multicultural, em contraposição a uma política de domínio e de sobreposição cultural. Pois, ao analisar o pensamento do filósofo Aristóteles e do teólogo Tomás de Aquino, encontram-se elementos que favorecem a comunicação e o diálogo amigáveis, em busca de uma convivência harmônica.

A amizade política de Aristóteles e a amizade como uma virtude social de Tomás de Aquino podem ser avaliadas, portanto, sob a perspectiva de uma convivência harmônica em meio à diversidade. Nesse percurso hermenêutico, começa-se a investigação dos dizeres de Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco*. Nela, Aristóteles estabelece a ideia de uma comunidade política que se fundamenta na comunicação, na justiça e na amizade.

O filósofo começa argumentando que “em toda comunicação parece haver algo de justiça e de amizade” (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1657; tradução nossa)<sup>iii</sup>. Ou seja, a comunicação (*communicatione*) se baseia na amizade (*amicitia*) e na justiça (*iustum*), e elas se relacionam em proporcionalidade, como ele mesmo diz: “Quanto mais se comunicam, maior é a amizade, também a justiça.” (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1659; tradução nossa)<sup>iv</sup>. A amizade e a justiça variam, portanto, segundo a extensão de sua comunicação, de forma que “quanto às amizades, alguns são mais amigos e outros menos.” (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1661; tradução nossa)<sup>v</sup>. Há aqueles que são mais amigos e outros menos.

Também se varia a noção de justiça:

Há diferença também na justiça (...) Há diferença na justiça de acordo com cada pessoa. Ela é aumentada para aqueles que são considerados amigos. (...) Ora, é natural que cresça simultaneamente a amizade e a justiça, uma vez que elas coexistem e compartilham de uma base similar. (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1662-1663; tradução nossa).<sup>vi</sup>

Segundo o filósofo, portanto, a justiça varia de acordo com a intensidade da comunicação e da amizade, de modo que há uma tendência a ser mais justo com aqueles que são considerados mais amigos. Disso, pode-se concluir que, para que haja um maior senso de justiça, é necessário que haja um maior senso de amizade e uma melhor comunicação. Quando isso ocorre, mais as pessoas se associam e maior é o senso de comunidade e de igualdade.

Essa igualdade, porém, não se trata de uma padronização, mas de uma busca por um ponto de unidade, tal como a existência humana. Conforme afirma Aristóteles, essa unidade pode ser encontrada na comunidade política, que surge da convivência em sociedade:

Mas toda comunicação (ou comunidade) se assemelha a unidades políticas. Pois elas convergem sobre o que deve ser adquirido e provido para manter a vida. Mas parece que a comunicação (ou comunidade) política surge e se sustenta segundo a razão do bem que é provido. Por isso os legisladores conjecturam, e chamam de justo o que é para o bem comum. (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1665; tradução nossa).<sup>vii</sup>

Conforme observa o filósofo, toda comunidade política busca pelos aspectos necessários para a manutenção da vida, de forma que há um certo benefício e utilidade em sua formação, o que garante a união, pois se busca pelo bem comum. Assim, ao considerar a convivência harmônica como um bem comum, por ser benéfico para todas as pessoas, para que elas prosperem ao seu modo (não sendo prejudicadas pela violência, pela intolerância e

assim por diante), pode-se dizer que a amizade política que sustenta a comunidade política é benéfica e necessária para a convivência em sociedade.

Tomás de Aquino, ao comentar esse capítulo da *Ética a Nicômaco*, enfatiza que “parece haver amizade entre as pessoas na medida em que elas se comunicam. Similarmente ocorre com a relação de justiça entre elas.” (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1659; tradução nossa)<sup>viii</sup>. Ou seja, a amizade e a justiça acompanham o grau de comunicação, de modo que “assim fica evidente que, sem comunicação, não poderia haver amizade.” (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1661; tradução nossa)<sup>ix</sup>. Portanto, sem comunicação não é possível haver amizade e, conseqüentemente, nem justiça, nem comunidade política.

Em sua leitura de Aristóteles, Renata Lara observa que:

Aristóteles afirma que a finalidade do homem como ser político é a comunidade, que é a convivência em harmonia identificada com a felicidade. A felicidade de cada criatura humana pressupõe a felicidade de sua família, de seus amigos e de seus concidadãos. (...) Revela-se numa relação de reciprocidade, pois sem amizade não temos justiça, nem felicidade. (...) É na relação dessa tríade: amizade, justiça e felicidade que encontramos o aspecto comunitário do bem e a amizade como condição da relação entre ética e política, na EN. Logo, para que o bem comum seja em sociedade, faz-se necessária à concórdia, compartilharmos experiências e conhecimento. (...) Porque os cidadãos devem agir não só para subsistir, mas para serem felizes, e segundo Aristóteles, tendem naturalmente à sociabilidade. A comunidade só se torna verdadeiramente política quando se torna uma comunidade ética. (Lara, 2009, p. 70-73).

Segundo a autora, o ser humano é um ser político de natureza social, de forma que é necessário o estabelecimento de comunidades. Porém, para que haja uma convivência harmônica, é necessário que as pessoas, em suas diferentes relações, sejam felizes, o que requer amizade e justiça. Assim, a

*Ética a Nicômaco* estabelece uma relação entre a ética e a política, com base na concórdia, no compartilhamento de experiências e de conhecimento (isto é, com base na comunicação), e na busca por um bem comum. Assim se estabelece uma comunidade política e ética.

Conforme também observa a autora, a ética deve ser construída por meio da educação e do respeito à individualidade:

Conforme Aristóteles, é por meio da educação que a cidade se torna comum e una. (...) a virtude [que dá base à conduta ética] se encontra no hábito. O hábito é exatamente o que se adquire pelo treinamento ou, o que é o mesmo, pela educação. Logo, o problema da virtude pode ser solucionado pela educação: o homem tem de aprender a ser o princípio de suas ações, a decidir de maneira razoável, ou seja, tem de aprender a encontrar o justo meio (...) [Além disso,] a unificação só deve ser até certo ponto, não excessivamente (...) [deve-se haver] respeito às individualidades. Aliás, esse é um ponto fundamental na amizade. A convivência entre duas pessoas não elimina a individualidade. 'A concórdia também parece um sentimento amistoso; ela não é, entretanto, identidade de opinião, pois isto poderia ocorrer sobre todos e quaisquer assuntos'. (...) A amizade política é concórdia ao conviver em harmonia na sociedade com as diferenças e individualidades de cada um, uma vez que, ética visa o bem da comunidade e de cada indivíduo, pois não é possível uma comunidade feliz, sem indivíduos que vivam bem, consigo e com o próximo. (Lara, 2009, p. 73, 76-78).

Portanto, a autora enfatiza que a ética vem pela educação. Não de maneira imposta, mas por um cultivo constante de um comportamento ético. Para saber discernir de maneira razoável sobre o que deve ou não ser feito: não somente para o bem de si mesmo, mas também para o bem da comunidade, de forma justa. É por meio dessa convivência amigável – isto é, por meio da amizade política – que se fundamentam a comunidade política e as relações sociais harmônicas, pois elas estão unificadas em um bem comum. Essa unificação, porém, não significa uma igualdade completa de opiniões, como

observa a autora, mas uma convivência em meio às diferenças e individualidades.

Tomás de Aquino, na *Suma Teológica*, enfatiza a questão mencionada pela autora: a amizade política como uma virtude social, ou seja, um hábito a ser adquirido por meio da educação e da prática moral. No artigo 1 da questão 114, Tomás apresenta as características da amizade como virtude especial:

Respondo. Uma vez que, foi dito acima, a virtude se ordena para o bem, toda vez que ocorre uma razão especial de bem, aí também haverá uma razão especial de virtude. Mas, o bem consiste na ordem, como demonstrado. Ora, é preciso que as relações entre homens se ordenem harmoniosamente num convívio comum, tanto em ações quanto em palavras, ou seja, é necessário que cada um se comporte com relação aos outros de maneira conveniente. Por isso, é necessária uma virtude especial que mantenha a harmonia desta ordem. E esta virtude se chama amizade ou afabilidade.

Quanto ao 1º (...) Mas ele [Aristóteles] fala de um segundo tipo de amizade que consiste unicamente em palavras ou atos exteriores. E esta não realiza de maneira perfeita a razão de amizade, mas tem com ela uma certa semelhança, na medida em que alguém se comporta decentemente com aqueles com quem convive.

Quanto ao 2º, (...) Porque não se dá a estas pessoas sinais de amizade perfeita, uma vez que não se pode ter com estranhos a mesma intimidade que se tem com aqueles a quem se está unido por uma amizade especial. (Aquino, 2012, p. 643-644)<sup>x</sup>

Tomás aponta que toda virtude se ordena para o bem e, por seu turno, todo bem consiste na ordem. Logo, toda virtude leva para a ordem e, como observa o teólogo, é necessário que as relações humanas se ordenem harmoniosamente para que seja possível o convívio comum. Isso requer um comportamento adequado, ou seja, que as pessoas ajam, por palavras e ações, de modo conveniente uma com as outras. Para isso deve ser cultivada a amizade ou afabilidade, que é uma virtude especial.

Esta amizade parece se tratar da amizade política de Aristóteles, pois não realiza de maneira perfeita a razão de amizade. Ou seja, não é a amizade verdadeira que se tem com as pessoas mais próximas, mas uma semelhança dela. Essa amizade, como virtude social ou como amizade política, é necessária para se conviver adequadamente em comunidade.

Assim, concordam Aristóteles e Tomás de Aquino que é necessária uma certa amizade para se conviver harmoniosamente em comunidade, o que não implica que as pessoas sejam verdadeiramente amigas. Isto é, há uma afabilidade mesmo na presença de pessoas desconhecidas, posto que isso é necessário para se manter a harmonia social. Mas, estando em comunidades políticas, as pessoas buscam por um bem comum, o que requer certa concórdia, mas não uma uniformidade de opiniões. Isso implica uma sociedade que saiba conviver em meio à diversidade.

Na atualidade, observa Roberto Chiachiri (2024) que a convivência em meio à diversidade tem como base a alteridade, o que parece ter certa semelhança com a amizade:

A alteridade, um conceito capital nas ciências humanas e sociais, refere-se ao reconhecimento e à valorização das diferenças e da diversidade. Ela envolve a maneira como indivíduos e grupos reconhecem, interagem e se relacionam com aqueles que são distintos em termos de cultura, etnia, gênero, orientação sexual, religião, entre outros aspectos. O verdadeiro reconhecimento do outro transcende a mera percepção das diferenças; é um ato de reconhecer a existência e a legitimidade do outro como um ser autônomo e distinto, valorizando e respeitando essa singularidade. Nas relações interpessoais, a alteridade se revela na abertura ao diálogo e na disposição para compreender as perspectivas e experiências do outro, onde a prática da empatia e do respeito mútuo é indispensável. (Chiachiri, 2024, p. 60-61)

Segundo o autor é pela alteridade que se convive de forma respeitosa com as pessoas de diferentes culturas, etnias, gêneros, religiões etc., pois se

valoriza o ser humano em si e não os seus aspectos. As pessoas são, portanto, reconhecidas como seres autônomos e distintos, que têm sua singularidade. Porém, não se pode esquecer do aspecto social, que considera que as pessoas dependem uma das outras para viver em comunidade e que necessitam buscar por um bem comum que as una, como teorizou Aristóteles. É nesse contexto que surge a necessidade de negociação para que a convivência se torne possível, o que Roberto Chiachiri (2024) chama de ato de negociação, ou “incomunicação”:

[No] processo de comunicação, aquele que, talvez, seja mais incisivo e ganha mais espaço em seus estudos é o da incomunicação. Este conceito baseia-se na compreensão de que todos possuímos diferenças ideológicas, culturais, linguísticas, entre outras, e que essas disparidades podem gerar diálogos variados, nos quais muitas vezes há falta de compreensão mútua, divergências e desacordos. Ainda assim, o que prevalece é a capacidade de negociar. Para Wolton, comunicar-se é, essencialmente, um ato de negociação. (Chiachiri, 2024, p. 61)

Como observa o autor, a “incomunicação” engloba as relações díspares que podem levar à incompreensão de ambas as partes e a desavenças, de forma que se faz necessário negociar. Com isso, esses dois tipos de comunicação explicados pelo autor – aquela que se baseia na alteridade e aquela que se baseia na negociação – parecem, juntos, formar a ideia do que Aristóteles chama de amizade política e Tomás chama de amizade ou afabilidade como virtude social, uma vez que é necessária a concordância somente no que diz respeito ao bem comum, que é a convivência harmoniosa em comunidade, e não uma concordância em todos os aspectos religiosos, ideológicos e assim por diante.

Voltando à questão inicial, de utilizar a base aristotélica-tomasiana do povo brasileiro para impulsionar o diálogo multicultural e diversificado, verificou-se ser possível esse percurso hermenêutico. Porém, conforme observa José

Jorge Carvalho (1997), o catolicismo tradicional brasileiro passa por uma crise, o que impacta a cultura brasileira, com sua base europeia-católica, e abre espaço para novos diálogos:

Tomando o caso brasileiro que nos afeta mais particularmente, apesar de todas as críticas ao catolicismo tradicional brasileiro, por suas vinculações com o estado (colonial, escravista, opressor, capitalista e excludente, etc.), não há dúvida de que uma crise na ordem católica do país é uma crise da nação como um todo e é necessário equacionar essa crise, sobretudo na sua relação com os destinos da sociedade civil e o espaço público. Imaginando um cenário otimista, a crise de hegemonia do catolicismo facilitará a consolidação de uma convivência mais pluralista e democrática, capaz de assegurar mais liberdade de expressão para todos e um solo mais adequado para o surgimento de diálogos inter-religiosos mais igualitários e ricos. (Carvalho, 1997, p. 18-19).

Conforme observa o autor, no fim da década de 90, o catolicismo já se encontrava em crise, o que afetou toda a nação, uma vez que ela se moldou com a cultura católica. Essa crise, porém, abriu espaço para o afloramento de novas culturas e tradições religiosas, tornando o povo brasileiro mais pluralista e democrático por, principalmente, assegurar liberdade de expressão para as diferentes crenças e movimentos religiosos. Com isso, abriu-se espaço para uma cultura de diálogo inter-religioso e de convivência harmoniosa em meio à diversidade.

Assim, apesar de se tomar como base uma teoria aristotélica-tomasiana para embasar o desenvolvimento de uma comunicação amigável na convivência em comunidade, principalmente no que se refere ao diálogo inter-religioso, sabe-se que essa é uma das muitas perspectivas possíveis para se embasar esse diálogo. Agora, cabe a pesquisas futuras, realizar outros percursos hermenêuticos que investiguem outras teorias que possam embasar a comunicação amigável como elemento da convivência social.

## 2. FRAGMENTAÇÃO CRISTÃ E RUÍDOS NO DIÁLOGO POLÍTICO

Tendo Aristóteles, Tomás de Aquino e os demais autores citados nos apontado fundamentos essenciais para uma vivência harmônica em comunidade, cabe-nos refletir sobre as esferas sociais onde a comunicação amigável se faz mais necessária. Sendo o Brasil um país predominantemente cristão, com avanços numéricos significativos do protestantismo, segundo os últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 2022), nos propomos a realizar uma análise do discurso desse segmento religioso que pode ou não estar direcionando para uma vivência mais harmônica. A necessidade dessa análise surge em decorrência da pluralidade de temas que tem gerado divergências de pensamento e situações de conflitos, que transformam o ambiente religioso em um cenário de tensão.

Dentre os temas emergentes conflituosos no seio evangélico, citamos o racismo cultural. Tema negado em alguns meios, porém, recorrentemente evidente em notícias midiáticas. O levantamento de dados através da pesquisa de campo da doutora em Literatura e Interculturalidade Cristina Kelly da Silva Pereira (2008), resultou em uma dissertação repleta de depoimentos de negros e negras da comunidade Batista Maranata na periferia de São Paulo. Visceralmente associado ao racismo está a xenofobia. Para Padilha (2023, p. 44), “o racismo na sociedade brasileira é constitutivo da nacionalidade”. O autor descreve como essa “nacionalidade” se vê ameaçada, em especial a partir de 2010, onde acentua-se o fluxo migratório do Haiti e países da África em direção ao Brasil. Veículos de comunicação associaram palavras como “ilegal” ou “invasor” a esses imigrantes, deteriorando sua imagem para o público. Desde então, não faltaram notícias de imigrantes agredidos verbalmente, fisicamente e até mortos, por conta da xenofobia.

Ao discorrermos sobre causas de conflitos neste campo religioso, a questão da polarização política não pode ser ignorada. Nos últimos anos, as igrejas cristãs, de uma forma geral, vêm sendo instrumentalizadas pela política, processo que colocou em xeque a identidade evangélica, além de criar um enorme desgaste entre lideranças e membros. Machado (2021), ao analisar o artigo “Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil”, escrito pela antropóloga Christina Vital da Cunha (2021), evidencia como a identidade evangélica vem passando por transformações. O jornal NEXO (2023), que nos lembra que Jair Bolsonaro havia sido eleito em 2018 com amplo apoio do público cristão diluído por diversas igrejas, reforça, porém, o acirramento das campanhas nas igrejas evangélicas alguns anos depois. Nesse contexto, Machado afirma que:

A construção de uma determinada identidade coletiva implica no apagamento parcial da memória da heterogeneidade interna, o que não significa a eliminação das diferenças e das relações de poder na coletividade em questão. Ou seja, o caráter parcial da “supressão do sentido de uma identidade pela asserção de outra” acaba por possibilitar a coexistência de diferentes identidades ou releituras das identidades coletivas frente às mudanças nos contextos econômicos, socioculturais e políticos. (Machado, 2021, p. 84).

Essa coexistência de identidades nem sempre é pacífica dentro de uma denominação religiosa, pois os conflitos políticos se tornam presentes com frequência no seio das igrejas e abrem caminho para outras questões importantes, porém de pouco consenso. Aqui, nos referimos às pautas da comunidade LGBTQIAPN+, divergências de opiniões referente a conflitos geopolíticos (Israel *versus* Palestina, por exemplo), operações policiais em comunidades que resultam em muitos óbitos, além de outras questões que vêm sendo reavaliadas dentro de diversos contextos denominacionais.

São infundáveis os temas que geram conflitos de opiniões e expõem a realidade da crise dialogal que existe no meio evangélico. As questões de

caráter político tomaram força nos últimos anos e temas como liberdade religiosa, laicidade, hegemonia, direitos humanos e minorias são os que frequentemente trazem um tom mais acalorado aos discursos religiosos. Gonçalves (2022), em sua análise sobre projetos políticos no contexto de polarização partidária, pontua como o crescimento evangélico das últimas décadas acarretou no aumento de políticos religiosos e na formação da bancada evangélica.

Em sua crítica, Gonçalves detalha que o posicionamento dessa ala política conservadora tem levantado a bandeira em defesa da família, mas em geral, sua preocupação gira em torno das questões relativas à moralidade sexual cristã, sem dar importância a temas como insegurança financeira e alimentar de famílias carentes. O debate público no qual a igreja se encontra tem se tornado acirrado e, segundo Lago (2018), o acirramento tende para a irracionalidade, o que, por sua vez, coopera para criação de leis e imposições ilegítimas.

O livro de Davi Lago (2018) “Brasil polifônico, os evangélicos e as estruturas de poder” é descrito por Gonçalves como uma obra que se preocupa em “oferecer aportes teórico-prático para pensar o mundo e suas complexidades e os desafios políticos e éticos do Brasil” (Lago, 2022, p. 151). A análise feita por Gonçalves (2018) sobre o último capítulo do livro de Davi Lago tem importância central para a questão dialogal, em suas palavras:

O autor propõe uma síntese ao elencar o lugar da fé (religião), da razão (razoabilidade no debate público) e do diálogo (tolerância para ouvir e convergir em temas comuns com o outro). Com isso, a sua argumentação chega no seu ponto mais importante: “Diálogo democrático no Brasil multiconfessional” (Lago, 2018, p. 163). O que ele propõe para os evangélicos quando no debate público, é que a partir do reconhecimento da multiplicidade das confissões (pluralidade de ideias), haja um respeito “as regras do jogo democrático” (Lago, 2018, p. 164). Com isso, o autor espera estabelecer um critério de discussão

para o embate de ideias na esfera pública, onde seja possível que nos debates políticos que envolvam a fé, a linguagem seja pública, ou seja, que a tradução seja dentro da razoabilidade do debate público (Lago, 2018, p. 165). Para o autor, as coisas seriam melhores se houvesse “mais sal e menos ácido; menos olho por olho e mais olho no olho” (Lago, 2018, p. 172)..(Gonçalves, 2022 p.154).

Poderíamos nos estender exaustivamente listando os temas de discordância no interior das comunidades evangélicas e suas dificuldades no diálogo político ou interreligioso, porém, o intuito aqui é apenas demonstrar que um ambiente onde espera-se encontrar amor, justiça e esperança, pode ser o centro de tensões e conflitos entre membros de uma mesma comunidade. Desta forma, recai sobre as lideranças a responsabilidade de orientar os fiéis, para uma convivência harmônica a despeito da pluralidade de opiniões discordantes.

Seguimos então para a análise do discurso, momento deste breve trabalho onde nos propomos a avaliar alguns discursos protestantes, a fim de identificar o quanto eles revelam apreensividade (ou não) com a necessidade do estabelecimento de uma comunicação amigável, essencial para momentos conflituosos no meio religioso.

### **3. FÉ, LINGUAGEM E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO**

A história religiosa brasileira não apenas registra tradições espirituais, mas revela maneiras de dizer, de silenciar, de convencer, de impor, de acolher. A linguagem religiosa, enquanto prática social, nunca é neutra. Como afirma Orlandi (2001), todo discurso é atravessado por condições históricas, pela memória e pelo não-dito, gerando sentidos que não são fruto apenas da intenção individual, mas de posições discursivas. Nesse sentido,

compreender a fé no Brasil significa também escutar os discursos que ela produz, e os silêncios que ela opera.

No Brasil Colônia, o discurso católico jesuítico expressava uma visão civilizatória e formadora, que via a fé como instrumento de moldagem cultural. Nesse discurso, o outro (indígena, colono ou não-cristão) não aparece como interlocutor, mas como objeto. Orlandi (2001) chamaria isso de “efeito de silenciamento”, pois o discurso apaga a voz indígena e naturaliza a superioridade da fé europeia. Van Dijk (2008), ao analisar ideologia e polarização, explicaria esse movimento como construção discursiva de grupos: os nós civilizados cristãos *versus* eles que “precisam ser moldados”. Já Pêcheux (2014) diria que esse discurso pertence a uma formação discursiva dominadora, que organiza o sentido da palavra “educação” não como emancipação, mas como adaptação à ordem cristã-colonial vigente.

Com o passar do tempo, esse discurso sofre deslocamentos. Já não se fala de moldar o outro, mas de dialogar com ele. O catolicismo contemporâneo, como destaca Carvalho (1997), reconhece sua crise de hegemonia e a necessidade de abrir-se ao pluralismo. Aqui, a religião deixa de se apresentar como fonte única de verdade, e passa a disputar espaço simbólico e social. Em termos de Pêcheux (2014), há um deslocamento discursivo: o discurso deixa de ocupar a posição de centralidade normativa e passa a ocupar um lugar argumentativo, onde precisa justificar-se em meio a outras vozes. Orlandi diria que há “abertura de sentidos” e reconhecimento do outro como sujeito, não mais como objeto da fé.

Do lado protestante, os discursos revelam trajetórias diferentes. O discurso histórico de Martin Luther King Jr., de tradição protestante profética, fala não de poder, mas de transformação pela alteridade: “O amor é a única força capaz de transformar um inimigo em amigo. Devemos aprender a viver juntos

como irmãos ou perecer juntos como tolos [...] O amor busca preservar e criar comunidade” (King, 1957)<sup>xi</sup>.

King (1957) rompe com a lógica da polarização. Em vez de reforçar o “nós” contra “eles”, ele propõe, como diria Van Dijk, um nós ampliado, baseado na dignidade humana e na justiça. A fé, nesse discurso, não separa, mas reconcilia. Pêcheux diria que King desloca a formação discursiva bíblica para o campo da luta social, rompendo com sentidos religiosos tradicionais, e produzindo novos libertadores. Em vez de fé como doutrinação, fé como emancipação. Em sintonia com essa linha, o discurso protestante contemporâneo de Valdemar Figueredo diz:

Não buscamos uma sociedade cristã; buscamos uma sociedade justa. Não lutamos pela supremacia de uma fé, mas pelo direito de que todos possam crer — ou não crer. O Evangelho não pede hegemonia, pede testemunho. A fé protestante não prospera pela força cultural, mas pela liberdade (Figueredo, 2021, informação verbal).

Aqui, a fé não se coloca como poder normativo, mas como força moral e ética. A religião não quer governar; quer participar. Orlandi explicaria que há um deslocamento da religião da “língua da imposição” para a “língua da convivência”. Há polissemia, há abertura, há diálogo.

Entretanto, no campo religioso brasileiro atual, convivem discursos de diferentes naturezas. O discurso de Silas Malafaia (2013), por exemplo, representa uma vertente religiosa que reivindica hegemonia cultural e autoridade política:

O povo cristão tem que acordar. O Brasil é uma nação cristã, e nós não vamos aceitar que meia dúzia de iluminados queira impor comportamentos que violam nossos valores bíblicos e a ordem natural. [...] Eu digo e repito: nós somos maioria, e maioria tem voz, tem direito e tem poder (Malafaia, 2013, informação verbal).

À luz de Van Dijk (2008), pode-se dizer que esse discurso opera por polarização ideológica, reforçando a oposição entre o “nós moral” e o “eles imorais”, definindo a democracia não como espaço de direitos iguais, mas como voz da maioria religiosa. Orlandi diria que esse discurso silencia constitucionalmente o conceito de Estado laico e apaga a pluralidade de crenças e identidades brasileiras. Em Pêcheux, trata-se de uma formação discursiva militante, que articula religião, identidade e poder, usando a fé como ferramenta de legitimação política.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Algumas transformações recentes no campo político são resultado direto da explosão numérica do campo protestante, sua identidade predominantemente conservadora, frente a temas emergentes da atualidade, tem criado debates tanto na esfera religiosa, como na esfera pública. O problema aparece quando o debate se torna irracional, polarizado e deixa de visar o bem comum. O conceito de comunicação amigável apresentado no início desta breve análise nos aponta caminhos necessários em uma época em que, através das mídias sociais, todos têm voz ou algum grau de influência. Nessa ótica, evidencia-se a importância do senso de comunidade e não de igualdade, enaltecendo a ideia de que pessoas de diferentes pensamentos e posicionamentos podem habitar uma casa comum.

Os discursos analisados mostram que a religião fala de diferentes lugares: pode falar de cima para normatizar, definir e enquadrar, ou pode falar ao lado para escutar, acolher e dialogar. No primeiro caso, a fé se torna instrumento de poder; no segundo, torna-se caminho de convivência.

Como observa Orlandi (2001), a linguagem pode ser usada para fechar sentidos ou para abri-los. Os discursos jesuítas e os de natureza militante,

como o de Malafaia, fecham a linguagem para preservar a identidade. Já os discursos de King e Figueredo abrem os sentidos, reconhecem o outro e permitem convivência, sem abdicar da fé.

Van Dijk (2008) nos mostra que a retórica religiosa pode reforçar polarizações ou pode dissolvê-las, convocando todos à fraternidade. Pêcheux (2014) evidencia que não existe discurso religioso “neutro”: ele sempre fala de um lugar, e sempre produz identidades.

## REFERÊNCIAS

AQUINAS, Thomas. **Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics: Liber VIII, Lectio IX**. Disponível em: <https://aquinas.cc/la/en/~Eth.Bk8.L9>. Acesso em: 16 nov. 2025.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. 2. ed. Vol VI. São Paulo: Loyola, 2012.

CARVALHO, José Jorge. Religião, mídia e os predicamentos da convivência pluralista. **Série Antropologia**, Brasília, n. 226, p. 1–23, 1997.

CHIACHIRI, Roberto. **Incomunicação e educação para a paz na América Latina: o desafio de negociar diferenças em uma sociedade plural**. *Revista Hermès Brasil*, São Paulo, p. 59–66, 2024.

CUNHA, Christina Vital da. **Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil**. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 13–80, jan./jul. 2021. DOI: 10.22456/1982-8136.116028.

FIGUEREDO, Valdemar. **Pronunciamento público no Fórum Cristão de Direitos Humanos**. São Paulo, 2021.

GÓIS FILHO, Miguel Mariano de; GOZ, Rosivaldo Baía de. **O surgimento da filosofia ocidental no Brasil Colônia**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia) –Universidade Federal do Amapá, Santana, AP, 2019.

GONÇALVES, Alonso. A política teológica dos evangélicos: uma análise de projetos políticos no contexto de polarização partidária. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 30, n. 102, p. 147–169, maio/ago. 2022.. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/culturateo>. Acesso em: 7 dez. 2025.

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas “**História, Sociedade e Educação no Brasil**”. *Ratio studiorum*. Campinas: UNICAMP/FE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/ratio-studiorum>. Acesso em: 17 nov. 2025.

IBGE. **Religiões: resultados preliminares da amostra – Censo Demográfico 2022**. Coordenação Técnica do Censo Demográfico – CTD. Apresentação (PowerPoint). 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca50d5a7d8764469c45.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca50d5a7d8764469c45.pdf). Acesso em: 19 nov. 2025.

KING JR., Martin Luther. **Loving your enemies**. Sermão proferido na Dexter Avenue Baptist Church, Alabama, 1957. Disponível em: <https://kinginstitute.stanford.edu/king-papers/documents/loving-your-enemies-sermon>. Acesso em: 26 nov. 2025.

LAGO, Davi. **Brasil polifônico: os evangélicos e as estruturas de poder**. São Paulo: Mundo Cristão, 2018.

LARA, Renata de Oliveira. **A amizade na Ética a Nicômaco**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A identidade evangélica em disputa. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 83–89, 2021.

MALAFAIA, Silas. **Discurso na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)**. Rio de Janeiro, 15 maio 2013.

NEXO JORNAL. O saldo do acirramento das campanhas nas igrejas evangélicas. **Nexo Jornal**, 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/09/28/o-saldo-do-acirramento-das-campanhas-nas-igrejas-evangelicas>. Acesso em: 21 nov. 2025.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PADILHA, Günter Bayerl. Racismo e imigração: teologias que impulsionam ações antirracistas e acolhimento às pessoas migrantes. In: BAGGIO, Marileda; UETI, Paulo (org.). **Convivendo na pluralidade religiosa e migratória: caminhos possíveis**. Brasília: CSEM; Bogotá: CLAR, 2023. p. 41–62.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PEREIRA, C. K. S. **A história de um silêncio: um estudo de caso sobre questões da negritude em uma comunidade Batista da periferia da cidade de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2008.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

**Notas:**

<sup>i</sup> A *Ratio Studiorum* compreendia um conjunto de normas utilizadas para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos, bem como para regulamentar a própria Companhia de Jesus. Por meio dela se ordenavam as atividades, as funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. Foi a *Ratio Studiorum* que fez a ponte entre o ensino medieval e o moderno, nas culturas de base católica de influência jesuítica (Histedbr, [s.d]).

<sup>ii</sup> As citações do Comentário de Tomás de Aquino á Ética a Nicômaco de Aristóteles se tratam de traduções do texto original da língua latina, por isso se faz referência aos capítulos e tópicos do texto, em vez de seguir o padrão ABNT. As demais referências deste artigo seguem o padrão ABNT."

<sup>iii</sup> "*in omni enim communicatione videtur aliquod iustum esse; et amicitia autem.*" (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1657).

<sup>iv</sup> "*Secundum quantum autem communicant, in tantum est amicitia. Et enim iustum.*" (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1659)

<sup>v</sup> "*et enim amicitiarum hae quidem magis, hae autem minus.*"<sup>v</sup> (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1661)

<sup>vi</sup> "*Differunt autem et iusta (...) Altera itaque et iusta ad singulos horum. Et augmentationem accipiunt in magis ad amicos (...) Augmentari autem natum est simul amicitiae et iustum, ut in eisdem entia et ad aequale pertinentia.*" (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1662-1663)

<sup>vii</sup> "*Communicationes autem omnes particulis assimilantur politicae. Conveniunt enim in aliquo conferente et acquirentes aliquid eorum quae ad vitam. Sed et politica communicatio conferentis gratia videtur et ex principio convenire et permanere. Hoc enim et legispositores coniectant, et iustum aiunt esse quod communiter conferens.*" (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1665)

<sup>viii</sup> "*quia tantum videtur esse amicitia inter aliquos quantum sibi communicant. Et secundum hoc est etiam inter eos iustitia.*" (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1659).

<sup>ix</sup> "*et ex hoc manifeste apparet quod, si nulla esset communicatio, non posset esse amicitia.*" (Aquinas, *In EN*, Liber VIII, lect. 9, n. 1661).

<sup>x</sup> *Respondeo dicendum quod, sicut dictum est, cum virtus ordinetur ad bonum, ubi occurrit specialis ratio boni, ibi oportet esse specialem rationem virtutis. Bonum autem in ordine consistit, sicut supra dictum est. Oportet autem hominem convenienter ad alios homines ordinari in communi conversatione, tam in factis quam in dictis: ut scilicet ad unumquemque se habeat secundum quod decet. Et ideo oportet esse quandam specialem virtutem quae hanc convenientiam ordinis observet. Et haec vocatur amicitia sive affabilitas.*

*Ad primum (...) Aliam vero amicitiam ponit quae consistit in solis exterioribus verbis vel factis. Quae quidem non habet perfectam rationem amicitiae, sed quandam eius similitudinem: inquantum scilicet quis decenter se habet ad illos cum quibus conversatur.*

*Ad secundum (...) Non enim ostendit eis signa perfectae amicitiae: quia non eodem modo se habet familiariter ad extraneos sicut ad eos qui sunt sibi speciali amicitia iuncti. (ST, II-II, q. 114, a. 1, resp. & ad 1 & ad 2)*

<sup>xi</sup> Traduzido do inglês: "Love is the only force capable of transforming an enemy into a friend. We must learn to live together as brothers or perish together as fools [...] Love seeks to preserve and create Community" (King, 1957).

**SOBRE OS AUTORES:****Antonio Roberto Chiachiri Filho:**

Coordenador do PPGCOM e professor do PPGE da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pós-doutorando na Université de Strasbourg Institut d'Études Avancées, USIAS, França. Pós-doutor pela Université Paris 1 - Sorbonne, Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Titular da Cátedra UNESCO de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo - Professor extensionista. Líder do grupo de pesquisa Semio Humanitas do PPGCOM/UMESP.

E-mail: [antonio.chiachiri@metodista.br](mailto:antonio.chiachiri@metodista.br).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7595-8243>.

**Nayara Maron Costa Takahashi:**

Mestranda do Programa de Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista/Capes. Participa do grupo de pesquisa "Budismo com Características Brasileiras", orientado pelo Prof. Dr. Plínio Marcos Tsai da UESP, e do grupo de pesquisa "Tomismo Analítico: Metafísica e Filosofia da Religião" (não cadastrado no CNPq), orientado pelo Prof. Dr. Fábio Bertato, pelo Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail: [nayaramaron@gmail.com](mailto:nayaramaron@gmail.com).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6178-6261>.

**Diego Jesus da Silva Nascimento:**

Mestrando do Programa de Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista/Capes.

E-mail: [diego.radio95@gmail.com](mailto:diego.radio95@gmail.com).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0932-7080>.

**Lucas Felipe Castanha:**

Mestrando do Programa de Ciências da Religião da Universidade Metodistas de São Paulo, sob a orientação do. Bolsista/Capes. Participa do grupo de pesquisa "Humanizacom" orientado pela Profa. Dra. Cilene Victor da Silva.

E-mail: [lucasfcastanha@gmail.com](mailto:lucasfcastanha@gmail.com).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3686-202X>.

**Artigo recebido em:** 30 abr. 2026. | **Artigo aprovado em:** 22 maio 2026.